

O império contra o universo



Por **GILBERTO MARINGONI & DENISE LOBATO GENTIL***

Qual o sentido das aparentemente caóticas iniciativas deste início do governo Trump II?

O caminho da ruptura

Donald Trump quer deflagrar uma revolução mundial. Entenda-se revolução como ruptura brusca com determinada ordem estabelecida.

Trata-se de uma revolução reacionária e defensiva para impedir o deslocamento do eixo do poder global do Ocidente para o Oriente. Para isso, precisa realizar imediatas e profundas mudanças no funcionamento do Estado norte-americano e na geopolítica do poder global. No tabuleiro da batalha, a estratégia é vencer seu mais perigoso concorrente, a China, nos âmbitos econômico, financeiro, militar e comercial.

Até aqui, Pequim deu mostras de se movimentar nos marcos impostos pela potência hegemônica e de avançar em toda linha, estabelecendo acordos e parcerias privilegiadas com antigos aliados de Washington. Ou seja, joga o jogo do inimigo a partir de suas próprias regras. Por isso, Donald Trump constrói uma virada geral de mesa com forte senso de urgência.

Para se colocar em vantagem, os EUA planejam cindir a parceria entre China e Rússia e redefinir alianças europeias que atrapalhem seus movimentos. Tradicionais movimentos táticos parecem estar sob revisão permanente

Os republicanos discordam da administração democrata (2021-2025) e da maioria dos aliados tradicionais do Velho Mundo, para os quais os dois oponentes orientais formariam um amálgama de interesses a serem batidos em conjunto. O reconhecimento, após três anos de guerra na Ucrânia, de que a Rússia é imbatível por meios convencionais, levou os EUA a proporem uma mudança de estratégia radical.

Estamos diante de algo inédito desde o final da II Guerra Mundial. Como em projetos revolucionários, o panorama imediato guarda grande dose de imprevisibilidade e tudo o que é sólido pode se desmanchar no ar.

A agenda global

Nessa disputa, o governo de Donald Trump precisa, como já assinalado, reconstruir ou reformar partes da estrutura do Estado nacional, fortalecer a economia do dólar, rever parcerias disfuncionais, focar com precisão o alvo a ser batido e pautar a agenda mundial. O chefe da Casa Branca sabe que esse último item é condição essencial para confundir inimigos e aliados dispensáveis através de incessante criação de fatos políticos, com forte apelo midiático e de opinião pública. Uma

a terra é redonda

espécie de doutrina do choque, como definiu Naomi Klein (*A doutrina do choque*, 2008).

Controlando a agenda, Washington pretende comandar também o tempo político de seus enfrentamentos. Todos os países do mundo são impactados por seu ritmo e seu rumo e a meta é transformar possíveis ações contrárias em movimentos meramente reativos. No plano interno, os objetivos envolvem consolidar o comando sobre o complexo industrial-militar, incorporando as *big-techs*, à ação de Estado. É imperioso que a articulação entre decisões políticas e ações efetivas seja a um tempo desburocratizada e poderosa, para possibilitar movimentos táticos bruscos.

Se guiarmos nossa análise pelos primeiros passos do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), comandado por Elon Musk, as alterações dizem respeito especialmente a tirar oponentes internos de áreas de defesa, segurança, inteligência e alta tecnologia, sob o argumento de redução de gastos através da demissão de pretendidos 1,5 milhão de funcionários públicos. Um dos alvos preferenciais é o Pentágono.

A pretensão não é destruir o Estado, como aparenta, mas recriá-lo sob novas bases, ajustadas às necessidades atuais. Torna-se premente azeitar as engrenagens das instituições que favoreçam o novo poder, o que implica redefinir pactos consolidados que se mostram disfuncionais e atropelar quem estiver pelo caminho. Com certa licença poética de Joseph Schumpeter, pode-se dizer que o republicano adota uma acelerada política de destruição criativa. A rota é acidentada, pois há obstáculos no Congresso, na Suprema Corte e entre os governadores de estado.

Momento Roosevelt 4.0

O eleito exacerba seu “momento Roosevelt”, aqueles cem primeiros dias em que o governante recém-saído das urnas se vale da legitimidade ainda fresca para mover céus e terras na apresentação de suas diretrizes.

Entre a posse, no início de março, e o final de junho de 1933, o governo de Franklin Delano Roosevelt enviou ao Congresso quase 150 projetos de lei, criando fundos de financiamento, programas de engenharia, projetos sociais e elegendo obras emergenciais, entre outras iniciativas, com o objetivo de vencer a Grande Depressão, iniciada quatro anos antes, atropelando possíveis contrariedades. Muitos dos planos não foram aceitos pelo Legislativo e outros tantos foram rejeitados pela Suprema Corte. No entanto, Franklin D. Roosevelt tomou pulso da agenda política e impôs, de largada, as características básicas de sua gestão.

É a cartilha seguida por Donald Trump, com uma ressalva importante. A comparação restringe-se ao método de atuação e não ao mérito. O atual mandatário não se mostra disposto, como Roosevelt, a fazer amplos investimentos em infraestrutura e em programas sociais. Sua *blitzkrieg* sobre o Estado e suas relações internacionais têm foco nas instituições, ou seja, na superestrutura. A intervenção do Estado se fortalece, mas de forma distinta de ações keynesianas tradicionais.

Diferenças em relação a Joe Biden

O republicano assumiu seu segundo mandato após um desempenho econômico medíocre do governo de Joe Biden. Sem grandes feitos para exibir, a gestão democrata apresentou dois cartões de visita ao eleitorado, em 2024. O primeiro foram as políticas anticíclicas, conhecidas como *bidenomics*. Tratava-se inicialmente de um ousado leque de investimentos que totalizavam US\$ 4 trilhões planejado no início do mandato e que foi desfigurado pela maioria republicana na Câmara. O segundo foi a recuperação econômica pós-pandemia. Joe Biden contou a seu favor um crescimento médio acima de 2% ao ano e queda do desemprego.

No entanto, [o pico inflacionário de 9,2% em 2022](#), como subproduto da guerra na Ucrânia, impactou fortemente o salário real dos trabalhadores. A renda na base da sociedade foi deteriorada pela onda altista dos preços.

Externamente, o antigo vice de Barack Obama meteu-se em dois atoleiros: o apoio militar e patrocínio financeiro ao genocídio cometido por Israel contra os palestinos e uma custosa, infundável e inútil guerra por procuração à Rússia, travada em solo ucraniano, sob a bandeira da OTAN.

A falta de visão estratégica da administração mostrou-se desastrosa ao incentivar e financiar o conflito na Eurásia. Os Estados Unidos, no ímpeto de cercar política, econômica e financeiramente a Rússia, solaparam a oferta de gás barato para a Europa – com a destruição de dois gasodutos sob o Báltico –, [o que levou os preços a mais que quadruplicarem, entre 2021 e 2022](#). Boa parte da recessão atual na Alemanha se deve à inflação nos preços de energia. A agressiva direção imprimida por Washington na expansão da OTAN para o Leste resultou na consolidação de uma aliança estratégica entre Rússia e China.

A diplomacia do primeiro mandato de Donald Trump havia dado pesos diferentes a cada um dos dois países e negociava separadamente com eles. O panorama ficou nítido a partir da [Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos de 2018](#), divulgada pelo Departamento de Defesa: “É cada vez mais claro que a China e a Rússia querem moldar o mundo de forma consistente com o seu modelo autoritário – ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações. (...) A China é um concorrente estratégico que utiliza a economia de forma predatória para intimidar os seus vizinhos. (...) À medida que a China continua a sua ascensão econômica e militar, afirmando o poder através de uma estratégia de longo prazo (...), continua a perseguir um programa de modernização militar que busca a hegemonia regional do Indo-Pacífico em curto prazo”.

Desmonte de acordos do pós-Guerra

Faz parte dessas movimentações a reorientação tática mais surpreendente: o rompimento do eixo atlanticista, construído no segundo pós-Guerra. Vão pelos ares os acordos de Dumbarton Oaks que resultaram na criação da ONU, em 1944, com o abandono de organismos de seu sistema, como a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial de Saúde, o Conselho de Direitos Humanos, os Acordos de Paris etc. O passo imediato é a possível saída da OTAN (1949), organização que conta com 70% de seu orçamento bancado por Washington.

Para isso, a Casa Branca vale-se da fragilidade econômica europeia no vácuo do conflito na Ucrânia e da reduzida credibilidade de seus líderes para acompanhar a reviravolta no curso da dinâmica mundial. Em um território onde a russofobia é dominante, Trump se propõe a chegar a um entendimento seletivo com Moscou.

O discurso do vice-presidente J. D. Vance na Conferência de Segurança de Munique, em 14 de fevereiro, deixou claras as prioridades da Casa Branca: retirada da Rússia da lista de inimigos, ampla liberdade a partidos e movimentos de extrema-direita e combate frontal à imigração. O passo seguinte foi o estabelecimento de negociações para a paz em separado entre EUA e Rússia, no que toca a Ucrânia, na conferência de Riad, na Arábia Saudita. O complemento ficou por conta do telecatch Zelensky-Trump no Salão Oval. A atabalhoada reação de líderes europeus nos dias seguintes foi uma espécie de recibo passado pela crise do Tratado do Atlântico Norte.

Uma comprovação prática da mudança na política externa estadunidense ocorreu na Assembleia Geral da ONU, em 25 de fevereiro último. Estavam em pauta duas resoluções que condenavam Moscou pela invasão à Ucrânia, em 2022. Os Estados Unidos se separaram de seus tradicionais aliados europeus e votaram com a Rússia, a Coreia do Norte, Cuba, Nicarágua e Venezuela. O resultado foi de 93 países contra Moscou, 65 abstenções e 18 a favor. Entre os últimos estavam os Estados Unidos e sua nova aliada.

a terra é redonda

Da virada deste século para cá, vivemos tempos de perda da influência política da Europa, do avanço generalizado de correntes de extrema direita e neofascistas e de fortes deslocamentos populacionais da periferia para o mundo rico. A crise ambiental tornou-se um fator decisivo nas relações entre países.

Multilateralismo e bilateralismo

O que Donald Trump pretende ao desgastar a ONU e ameaçar deixar a OTAN? Embora analogias históricas sejam imprecisas, elas nos ajudam a examinar a essência do que está em disputa. Recuemos um século. Olhemos para o presidente democrata Woodrow Wilson, em 1919, ao fim da I Guerra Mundial e seus planos globais.

O Tratado de Versalhes, que pôs fim ao conflito, apresentava logo em sua primeira parte (26 artigos) a proposta de constituição de um organismo multilateral visando estabelecer regras de funcionamento para o sistema interestatal. Wilson sugeriu a criação da Liga das Nações, parte importante de sua proposta de paz, conhecida como Quatorze Pontos. Os aliados vitoriosos acolheram a formulação com entusiasmo. No entanto, o Congresso estadunidense, de maioria republicana nas duas Casas, rejeitou o Tratado e o país não aderiu à entidade. O fato impactou sua legitimidade e a Liga se tornou um organismo quase decorativo.

Segundo o historiador britânico [Peter Gowan, em artigo na New Left Review](#) (2003), “o propósito da Liga das Nações – assim como da ONU – era trazer as potências – capitalistas – e seus enfrentamentos bélicos para um terreno de regras coletivas e evitar guerras. Para as velhas e decadentes potências europeias, era um bom negócio. Segundo Dean Acheson, secretário de Estado dos EUA (1949-1953), para os EUA não era. Ainda mais que o país, ao contrário da Grã-Bretanha até 1914, não desejava apenas hegemonia, mas poder unilateral e capacidade e liberdade de intervenção planetárias”.

Os Estados Unidos nunca pensaram a ONU como um governo mundial, mas como um organismo sob seu total controle, sublinha Peter Gowan. A proeminência estadunidense na entidade, criada ao final da II Guerra, representava a outra face dos resultados da conferência de Bretton Woods – que validara a nova arquitetura do sistema financeiro internacional, em junho-julho de 1944. Ali, o dólar foi imposto como moeda global, da mesma forma como o Conselho de Segurança foi criado através da força, um mês depois, na conferência de Dumbarton Oaks, em Washington. Embora constituída como mecanismo multipolar, a ONU foi concebida para o exercício da unipolaridade estadunidense. Daí por diante, quando esta foi colocada em xeque, o organismo enfrentou crises.

A ONU e suas crises

Para [José Luís Fiori](#) (2024), a ordem mundial do segundo pós-Guerra começou a ruir no começo dos anos 1970, “quando os EUA abandonaram os acordos de *Bretton Woods* e se descomprometeram, unilateralmente, com relação à paridade entre o dólar e o ouro, definida por eles mesmos em 1944”. Em suas palavras, uma segunda etapa dessa ordem (1992-2008) foi sustentada pelo poder unipolar dos EUA. A partir do colapso da URSS e da vitória na Guerra do Golfo (1991-1992), “os EUA se reservaram desde o início o direito unilateral de fazer ‘guerras humanitárias’, e de declarar e atacar o ‘terrorismo’ em qualquer lugar do mundo, segundo seu exclusivo arbítrio, e já sem nenhuma preocupação com as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, que foram sucateados literalmente em 1999”, escreve ele.

O bombardeio de 78 dias na ex-Iugoslávia é o marco maior do unilateralismo estadunidense no período. No plano econômico-financeiro, trata-se da ordem neoliberal, sacramentada no Consenso de Washington (1989), com amplo domínio

de oligarquias financeiras e imposta por meio da força militar ou chantagem política à periferia.

Quase três décadas depois, Donald Trump desenha um imperialismo ainda mais unilateral e isolacionista, que pretende implodir os organismos multilaterais para voltar a uma situação semelhante à que o Congresso dos EUA pretendia no pós-Versalhes, quando a disputa por hegemonia com a Grã-Bretanha se acentuou.

Reinaugura-se uma era em que as negociações entre as potências e entre essas e países menores passam a ser bilaterais - nas quais o mais poderoso tem vantagem, sem contratempos de debates coletivos.

Intervenções seletivas

O governo de Donald Trump ataca simultaneamente em várias frentes, escolhendo criteriosamente seus alvos. O caminho imediato no combate à China está no aumento das tarifas de importação e no fortalecimento da economia do dólar, tirando de cena tentativas de países do BRICS de substituí-lo por outra unidade monetária e mantendo a hegemonia no que realmente importa. Os passos seguintes estão em incentivar a produção e comercialização de energia (gás e petróleo estadunidense), eliminando trocas regionais independentes, e fomentar o mercado de armamentos de forma a recuperar o terreno perdido pelo complexo militar industrial dos EUA.

Com Moscou Donald Trump parece encaminhar um diálogo pela via da diplomacia, almejando estabelecer um tipo de vínculo que separe o país de seu aliado preferencial. Sem dar fôlego a aliados e inimigos, afirma o desejo de comprar a Groenlândia da Dinamarca.

As iniciativas imperiais para o Norte global se desdobram em pautas específicas para outras regiões do mundo. No Oriente Médio o apoio à política genocida de Israel e a possibilidade de deflagração de um conflito regional, cujo alvo prioritário seria o Irã, não diferencia democratas e republicanos. E para outras regiões, trata-se de negar qualquer contestação à ordem em construção.

Nas Américas, o que vale são ameaças de elevação de tarifas aduaneiras, na tentativa de repatriar empresas estadunidenses no exterior, medida que pode ser extensiva a todo o globo. O objetivo: atender a base social operária dos republicanos, que perdeu postos de trabalho ao longo das últimas quatro décadas, período em que sucessivos governos incentivaram a mudança de empresas para o México e Canadá, além da Ásia, em busca de redução de custos de produção.

Esse é o centro do *"Make America Great Again"* e pode resultar num problema inflacionário interno. Ainda não se sabe como o *Fed* e a área econômica lidarão com os problemas econômicos que virão. Além disso, Donald Trump ameaça a soberania panamenha sobre o canal e unilateralmente mudou o nome do Golfo do México para Golfo das Américas.

A estratégia para a América Latina é acentuar a hegemonia regional, mantendo suas economias como produtoras de *commodities* e como mercado doméstico ampliado, além de bloquear a imigração e endurecer relações diplomáticas com Venezuela, Cuba, Nicarágua e Colômbia. Estariam mais uma vez no radar iniciativas como sanções e ameaças militares.

A rápida desindustrialização do continente (que continuará a ser uma plataforma de valorização financeira para os EUA), o descarte de projetos nacionais, amplos processos de privatização e o agravamento da pobreza e das disparidades de renda e riqueza na foram algumas das consequências do novo padrão de crescimento capitalista. Vale ressaltar que a desindustrialização atingiu, em menor grau, Estados Unidos e Europa, que enfrentam também agravamento de tensões sociais e concentração de renda.

O direito e seus limites

Boa parte das ações de Donald Trump colidem com as bases do chamado direito internacional. Essa não parece ser sua preocupação, diante das seguidas investidas contra o sistema ONU e seus organismos multilaterais. O chefe do Executivo testa constantemente limites e os ultrapassa sempre que pode. Não age como mais um membro do sistema interestatal, mas como império.

Em artigo recente, [Perry Anderson \(2023\) buscou definir as bases teórico-conceituais do que seria o direito internacional](#): “Em qualquer avaliação realista, o direito internacional não é verdadeiramente internacional nem genuinamente direito. Isso, no entanto, não significa que não seja uma força a ser considerada. É uma força importante. (...) Um formidável instrumento de poder. (...) O direito internacional (...) nunca deixou de ser um instrumento do poder euro-americano”.

O poder pode deixar de ser euro-americano. Ao quebrar em dois a supremacia imperial compartilhada com a Europa, o republicano visa mudar toda a configuração geopolítica do pós-Guerra e focar no inimigo principal. As consequências são tão imprevisíveis que formular perguntas certas se torna mais crucial que elaborar respostas definitivas.

O jogo está no início, o momento é de transição e o sucesso não está garantido. Não se sabe se o ex-protagonista do show televisivo *The apprentice* possui um plano de ação detalhado sobre seus próximos passos. Há uma linha geral definida e possivelmente haverá muito de imprecisão em seus movimentos. Um ritmo alucinante pode encobrir improvisações, mas a confusão gerada entre aliados e oponentes pode lhe garantir uma duradoura ofensiva.

Revoluções costumam ter como regra básica a quebra de todas as regras.

**Gilberto Maringoni é jornalista e professor de Relações Internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC).*

**Denise Lobato Gentilé professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

**A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.**

CONTRIBUA